

# A Construção do Mundo Liberal

1. "Com plena segurança achamos que a liberdade de comércio, sem que seja necessária nenhuma atenção especial por parte do Governo, sempre nos garantirá o vinho de que temos necessidade; com a mesma segurança podemos estar certos de que o livre comércio sempre nos assegurará o ouro e prata que tivermos condições de comprar ou empregar, seja para fazer circular as nossas mercadorias, seja para outras finalidades".

*(Adam Smith - A Riqueza das Nações).*

No texto, os argumentos a favor da liberdade de comércio são, também, de críticas ao:

- a) Laissez-faire.
- b) Socialismo.
- c) Colonialismo.
- d) Corporativismo.
- e) Mercantilismo.

2. Sendo os homens, conforme (...) dissemos, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder de outrem sem dar consentimento.

*(John Locke, Segundo tratado sobre o governo.)*

O patrimônio do pobre reside na força e destreza de suas mãos, sendo que impedi-lo de utilizar essa força e essa destreza da maneira que ele considerar adequada, desde que não lese o próximo, constitui uma violação pura e simples dessa propriedade sagrada.

*(Adam Smith, A riqueza das nações.)*

A partir da leitura dos textos, é correto afirmar que

- a) John Locke defende a democracia, isto é, a igualdade política entre os homens, ao passo que Adam Smith privilegia o trabalho, portanto a desigualdade.
- b) John Locke funda sua teoria política liberal na defesa da propriedade privada, em sintonia com a defesa da livre iniciativa proposta por Adam Smith.
- c) o consentimento para evitar o poder centralizado do rei, em John Locke, choca-se com a necessidade de intervenção econômica, segundo Adam Smith.
- d) a monarquia absolutista é a base da teoria política de John Locke, enquanto o Estado não intervencionista é o suporte da teoria econômica de Adam Smith.
- e) para John Locke, o consentimento é garantido pela divisão dos poderes harmonizando-se com a defesa da propriedade coletiva de Adam Smith.

3. "O duque de Bridgewater censurava os seus homens por terem voltado tarde depois do almoço; estes se desculparam dizendo que não tinham ouvido a badalada da 1 hora, então o

duque modificou o relógio, fazendo-o bater 13 badaladas."

Este texto revela um dos aspectos das mudanças oriundas do processo industrial inglês no final do século XVIII e início do século XIX. A partir do conhecimento histórico, pode-se afirmar que

- os trabalhadores foram beneficiados com a diminuição da jornada de trabalho em relação à época anterior à revolução industrial.
- a racionalização do tempo foi um dos aspectos psicológicos significativos que marcou o desenvolvimento da maquinofatura.
- os empresários de Londres controlavam com mais rigor os horários dos trabalhadores, mas como compensação forneciam remuneração por produtividade para os pontuais.
- as fábricas, de modo em geral, tinham pouco controle sobre o horário de trabalho dos operários, haja vista as dificuldades de registro e a imprecisão dos relógios naquele contexto.
- os industriais criaram leis que protegiam os trabalhadores que cumpriam corretamente o horário de trabalho.

4. O texto abaixo, de John Locke (1632-1704), revela algumas características de uma determinada corrente de pensamento.

“Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão de terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da eqüidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.”

*(Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991)*

Do ponto de vista político, podemos considerar o texto como uma tentativa de justificar:

- a existência do governo como um poder oriundo da natureza.
- a origem do governo como uma propriedade do rei.
- o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.
- a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.
- o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.

## Gabarito

1. E
2. B
3. B
4. D